

ESPAÇO PÚBLICO

Direito à paisagem trava construções

11.04.2020 às 21h51



Em Sintra a população lutou contra a construção de um hotel no centro histórico da vila, que é Património Mundial da Humanidade FOTO D.R.

A paisagem das cidades constitui o chamado **sistema de vistas** e deve ser encarada como parte do património

AMADEU ARAÚJO

No centro de Penalva do Castelo estão a ser construídos quatro edifícios de linhas direitas, com as coberturas a uma altura ligeiramente superior às grades da Praça do Mercado, que quando concluídos, vão tapar a vista sobre o Vale do Dão e o Monte Real, o postal de visita desta vila beirã, a Praça do Mercado que surge agora vedada e sem acesso.

A obra tem a oposição de grande parte da população que teme perder “o património paisagístico que choraremos para sempre”, conta Gabriel Costa. A construção, que vai ocupar um dos lugares mais nobres da vida, foi projetada e executada sem consulta pública. O vereador da oposição, e antigo presidente da autarquia, conta que “nada se enquadra no local e também não têm definida a utilidade dos edifícios a construir, mas quase toda a paisagem fica tapada com as construções”. A luta por preservar “o património visual do Vale do Dão, uma maravilha paisagística na memória coletiva de todos nós” dura

há dez meses e, acrescenta Gabriel Costa, “nem a Assembleia Municipal nem a Junta de Freguesia se manifestaram publicamente sobre o assunto”. O vereador reconhece que “a Câmara Municipal, tem legitimidade para fazer a obra, mas este é um bem único, como o são a Praça do Mercado e as vistas sobre uma paisagem irrepetível e do Vale do Dão e do Monte Rial”.

A autarquia refuta as críticas e lembra que se trata “de um processo de regeneração urbana, que dará melhor qualidade de vida aos penalvenses”. O presidente, Francisco Carvalho, defende a “necessidade de renovar o edificado, criando novas soluções urbanísticas”, numa empreitada que vale €600 mil e que vai alterar a Praça do Antigo Mercado que é, a par com o Largo Magalhães Coutinho, um dos mais importantes locais da vila de Penalva do Castelo, de onde se espreita do o Vale do Dão, a partir do jardim fronteiro aos antigos Paços do Concelho. Gabriel Costa sublinha que “a construção dos edifícios previstos no presente projeto, vão impedir que se aprecie esta fabulosa vista, contrariando a política de turismo da própria Câmara Municipal, que anuncia e valoriza as paisagens do concelho, como sendo um dos motivos para captar os turistas”.

O concurso feito em consulta limitada, teve ajuste direto. O vereador ainda chegou a propor a anulação da empreitada, mas a mesma avançou e com ela o tapume sobre a vista do Vale do Dão, pelo menos enquanto decorrerem as obras.

JUSTIÇA EMBARGA OBRA EM SINTRA

Em Sintra a população que lutou contra a construção de um hotel no centro histórico da vila, que é Património Mundial da Humanidade, teve melhor sorte. A construção do hotel da Gandarinha, que tem sido contestada pelos habitantes de Sintra, foi travada judicialmente e a obra está embargada até julho. O problema está em que os terrenos da antiga casa da Gandarinha, em que um construtor pretende erguer uma nova unidade hoteleira de luxo, se inserem na paisagem cultural de Sintra, classificada como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO, e estão abrangidos pela Zona Especial de Proteção do Castelo dos Mouros, Cisterna e Igreja de Santa Maria.

Madalena Martins, que integra o movimento ‘Q Sintra’, explica que “a recuperação daquele sítio abandonado há tantos anos veio a revelar-se uma ofensa irreparável ao património de Sintra, desfigurando um lugar de referência do centro histórico”.

A dirigente considera que “se trata de um atentado às mais elementares regras de defesa do património e às características paisagísticas e arquitetónicas de Sintra que justificaram a classificação deste lugar único Património Mundial da Humanidade”. Apesar do embargo Madalena Martins considera que “são já irreparáveis muitos dos seus efeitos como a destruição de muros, árvores, jardim, penedos”. E insiste em “travar atentados como este, que jamais poderão ser repetidos”. Para isso, defende, “é preciso garantir que novos projetos hoteleiros e imobiliários anunciados quer no centro histórico quer na restante zona inscrita como ‘paisagem cultural’ sejam condicionados a regras específicas e adequadas à preservação do vulnerável equilíbrio entre o património natural e o património construído”.

A Câmara Municipal de Sintra que inicialmente considerou o projeto de interesse municipal viria a decretar o embargo da obra que “não se enquadra nos princípios de salvaguarda da paisagem Cultural de Sintra”.

TAVIRA INCOMODADA COM UMA PONTE E UMA ESTRADA

Em Tavira é uma ponte e uma estrada que inquietam a população. O concelho tem em discussão o plano de urbanização que prevê uma nova travessia sobre o rio Gilão, já em construção, apesar da contestação dos cidadãos do movimento ‘Tavira Sempre’ que consideram que a obra “não obedece a qualquer preocupação estética de integração da arquitetura típica da baixa”.

A historiadora Isabel Macieira explica que a nova travessia, “com um tabuleiro de 10 metros de largura, desemboca no mercado velho e irá desfeitear toda a parte antiga da cidade”. Os cidadãos acusam a Câmara de Tavira de os ter “deixado de fora do processo”, mas a autarquia, em comunicado, explica que “a solução pensada para este local caracteriza-se pela simplicidade, a qual se enquadra, discretamente, na envolvente urbana, sem ferir a paisagem ou o património histórico aqui presente”.

Em vários pontos do país as populações urbanas lutam pelo direito à paisagem, contra as construções mais intrusivas

A intervenção inclui a requalificação das frentes ribeirinhas da cidade, projeto em estudo prévio, a qual irá desenvolver-se na margem esquerda desde o Parque Verde do Séqua até ao cais do Largo José Joaquim Jara e na margem direita entre as pontes dos Descobrimentos e de Santiago.

E é aqui que entra o desmembramento do Centro Experimental de Agricultura do Algarve. Em causa estão 625 metros de estrada que vão atravessar o campo, para permitir a eletrificação da linha ferroviária do Algarve. O Movimento de Cidadãos considera que “esta, e outras decisões lesam o Património Algarvio”, explica Luís Fernandes. O dirigente explica que “está em causa a desintegração de um campo agrário de experimentação científica, com uma coleção de fruteiras que o próprio estudo de impacte ambiental classifica como únicas”. Luís Fernandes antecipa que “se o projeto avançar como previsto, veremos este local ser urbanizado, ferindo a paisagem e o legado ambiental”. É que o projeto prevê “uma nova estrada que vai desembocar na Escola Básica Dom Manuel I e uma rotunda. Tudo isto numa área de reserva agrícola”, complementa Isabel Macieira.

PATRIMÓNIO NÃO É SÓ O CASTELO E O PALÁCIO

João Ferrão, investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e antigo governante, reconhece “o direito ao sistema de vistas” e defende para o país o exemplo que Lisboa pôs em prática. “Está a ser feita a carta municipal do património e o sistema de vistas integra esse património”. O problema “é o regime jurídico de edificação de edifícios que permite várias exceções e precisamos encontrar formas de travar soluções que colidam com o direito à paisagem, que faz parte das cidades”. O especialista defende a “ideia de perspetiva, com a sujeição de todos os projetos, de forma regulatória, a um modelo 3D para se perceber o impacto na paisagem”. Ferrão defende que os projetos “sejam integrados numa visão de conjunto e sujeitos a esta rotina de se analisar o seu

impacto visual”. Uma “modulação que seja capaz de dar um salto qualitativo enorme, porque o património não são só castelos e palácios, as paisagens visuais também fazem parte desse património”, conclui.